



PREGÃO ELETRÔNICO

022/2026 (COMPASNET Nº 90022/2026)

CONTRATANTE (UASG)
(984975)

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.542.681,84 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 26/05/2026, às 08:00 (vinte e seis de maio de dois mil e vinte e seis)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto/Fechado

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

Torna-se público que o (a) município de Pedra do Anta, por meio do (a) Departamento de Compras e Licitação da secretaria de saúde, sediado (a) na Rua 1, 115, no Centro de Pedra do Anta/MG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.
- 1.2. As regras referentes ao contrato, bem como adesões são as que constam da minuta de contrato e da Ata de registro de preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação determinada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, em razão do valor estimado, para os itens que apresentarem valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente poderão participar pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e que se enquadrem no conceito legal de microempresa e empresa de pequeno porte.
 - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#),



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



para o agricultorfamiliar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;

2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

¹ Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio, pois a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação, são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, não sendo o caso da presente licitação

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema,

3.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o [disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaoaudempa26@gmail.com



3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca e modelo (se for o caso);

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaoaudepa26@gmail.com



variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidade e qualidade adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.1.1. A desclassificação prevista no item acima, se refere à proposta online que é preenchida nos campos de “*Marca*”, e “*Descrição Detalhada do Objeto Ofertado*” no sistema Comprasnet. A proposta que será anexada ao sistema, através de upload de arquivo no formato digital, deverá ser identificada, conforme modelo de proposta no Anexo I do edital.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura das sessões e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.
- 5.10. O licitante poderá fazer uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatada com a primeira colocada.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaoaudepa26@gmail.com



5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

5.22.2.2. Empresas brasileiras;

5.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.6. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas)**



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, **antes de findo o prazo**.

5.23. Após a negociação do preço, Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1 Para a Consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



- 6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:
- 6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o termo de referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.10. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

7.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12. **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN73/2022, art. 39, §4º](#)):**

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. **Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.**

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação dos licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

8.2.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4. **O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, **contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.**

8.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pedradoanta.mg.gov.br/licitacoes.php>

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o **LICITANTE** que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. Fraudar a licitação

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o **CONTRATADO** que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 9.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.3.1. Advertência;
 - 9.3.2. Multa:
 - a) Compensatória e
 - b) De mora.
 - 9.3.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.4.2. As peculiaridades do caso concreto
 - 9.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.5. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.
- 9.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.
- 9.7. Para efeito deste edital, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.
- 9.8. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- I – descumprimento de pequena relevância;
 - II – inexecução parcial de obrigação contratual.
- 9.8.1. Para os fins deste edital, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 9.9. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
- I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
 - a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.9.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

9.9.2. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

9.9.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, Pregoeira ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

9.9.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou

IV - judicialmente.

9.10. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

9.11. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.11.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 9.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.11.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

9.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.12.2. Não se aplica a regra prevista no subitem 9.12 se já houver ocorrido o julgamento ou,



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

9.12.3. O disposto no subitem 9.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

9.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar: I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.13.1. São circunstâncias agravantes:

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão; II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência.

V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 8.1.9 deste edital.

9.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

9.13.1.2. Para efeito de reincidência:

I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

II - não prevalece à condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

9.13.2. São circunstâncias atenuantes:

I - a primariedade;

II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento; III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

9.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

9.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados de forma eletrônica, pelo e-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com **desde que assinados digitalmente.**

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. **A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação (§ 2º do artigo 16 do Decreto Municipal nº 12.961/2023).**

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou documentos equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, Ata de Registro de Preços ou retirar os documentos equivalentes sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

11.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato, ata de registro de preços ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico pedradoanta.mg.gov.br/licitacoes.php

12.11. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.

12.11.1. Presumem-se como lidas as mensagens eletrônicas enviadas aos licitantes/contratados, após 05 (cinco) dias úteis do envio, a partir de quando os prazos para manifestações e/ou defesa começarão a correr.

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Modelo de Proposta;

12.12.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

12.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

12.12.4. ANEXO IV – Termo de Referência e Apêndice Estudo Técnico Preliminar;

Pedra do Anta, 05 de maio de 2026.

João Batista Viana Junior
Secretário Municipal de Saúde.



ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.

A empresa _____ com sede à (Rua/Av.) _____ N° _____, (bairro) _____, (cidade/UF) _____, CNPJ N° _____, inscrição estadual N° _____, representada por seu (cargo/função) _____, o(a) Sr.(a) _____, nos termos do Edital referente ao Processo Licitatório N° 042/2026 – Pregão Eletrônico N° 022/2026, propõe os preços e condições a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	VALOR TOTAL
1.	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG 267502	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
2.	ÁCIDO FÓLICO 5MG 267503	8.000	Comp.	R\$ 0,12	R\$ 960,00
3.	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML 327566	500	Amp.	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
4.	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML 315056	5.000	Amp.	R\$ 0,61	R\$ 3.050,00
5.	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL (FRASCO 10ML) 267507	1.000	frasco	R\$ 2,13	R\$ 2.130,0
6.	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL 459822	2.000	Comp.	R\$ 0,65	R\$ 1.300,00
7.	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG 269462	2.000	Comp.	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
8.	ALOPURINOL 100MG 267508	15.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.300,00
9.	ALOPURINOL 300MG 267509	12.000	Comp.	R\$ 0,53	R\$ 6.360,00
10.	ALPRAZOLAM 2MG 284465	24.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 7.440,00
11.	AMINOFILINA 24MG/ML 292402	600	Amp.	R\$ 7,65	R\$ 4.590,00
12.	AMITRIPTILINA 25MG 267512	30.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
13.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG+12,5MG /ml frasco com 75ML 448841	1.000	Frasco	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
14.	AMOXICILINA 50MG/ML SUSPENSÃO COM 60ML 271111	1.500	Frasco	R\$ 6,79	R\$ 10.185,00
15.	AMOXICILINA 500MG CÁPSULA 271089	15.015	Comp.	R\$ 0,56	R\$ 8.408,40
16.	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500+125MG 271217	12.012	Comp.	R\$ 4,47	R\$ 53.693,64
17.	ANLODIPINO 5MG 272434	25.000	Comp.	R\$ 0,09	R\$ 2.250,00
18.	ANLODIPINO 10MG 268896	18.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 2.520,00
19.	ATENOLOL 50MG 267517	20.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00
20.	ATORVASTATINA 20MG 268081	32.000	Comp.	R\$ 0,52	R\$ 16.640,00
21.	ATROPINA 0,5MG/ML 478760	400	Amp.	R\$ 0,96	R\$ 384,00
22.	AZATIOPRINA 50MG 268083	8.000	Comp.	R\$ 1,78	R\$ 14.240,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



23.	AZITROMICINA 500MG 267140	12.000	Comp.	R\$ 1,04	R\$ 12.480,00
24.	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML 268949	1.200	Frasco	R\$ 8,08	R\$ 9.696,00
25.	BENZILPENICILINA BENZATINA 1,200UI 270612	1.200	Amp.	R\$ 10,25	R\$ 12.300,00
26.	BIPERIDENO 2MG 270140	30.000	Comp.	R\$ 1,20	R\$ 36.000,00
27.	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG 272045	15.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 10.500,00
28.	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML 20ML 268331	100	Frasco	R\$ 2,58	R\$ 258,00
29.	BROMOPRIDA 4MG/ML 269956	8.000	Frasco	R\$ 2,94	R\$ 23.520,00
30.	BROMOPRIDA 5MG/ML 269958	800	Amp.	R\$ 2,13	R\$ 1.704,00
31.	BUDESONIDA 50MCG/DOSE SPRAY NASAL (200 DOSES) 266701	1.200	Frasco	R\$ 21,87	R\$ 26.244,00
32.	BUPROPIONA 150MG 268994	14.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 9.800,00
33.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 267282	2.000	Amp.	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
34.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 4+500 MG/ML 270621	3.000	Amp.	R\$ 2,52	R\$ 7.560,00
35.	CARBAMAZEPINA 200MG 267618	50.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 21.000,00
36.	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG 270895	5.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 1.150,00
37.	CARBONATO DE LÍTIO 300MG 267621	25.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 9.250,00
38.	CARBONATO DE LÍTIO 450MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 468947	10.000	Comp.	R\$ 2,00	R\$ 20.000,00
39.	CARVEDILOL 3,125MG 267566	30.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
40.	CARVEDILOL 12,5MG 267564	20.000	Comp.	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
41.	CEFALEXINA 500MG 267625	15.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 14.400,00
42.	CEFALEXINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL(FRASCO 60ML) 331555	500	Frasco	R\$ 10,63	R\$ 5.315,00
43.	CEFTRIAXONA 1G IV 450890	1.500	Amp.	R\$ 7,69	R\$ 11.535,00
44.	CEFTRIAXONA 1G IM 442701	1.000	Amp.	R\$ 10,09	R\$ 10.090,00
45.	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML 100ML 271103	400	Frasco	R\$ 9,57	R\$ 3.828,00
46.	CETOPROFENO 50MG/ML 448845	4.000	Amp.	R\$ 2,96	R\$ 11.840,00
47.	CICLOBENZAPRINA 5MG 272166	14.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 3.080,00
48.	CIMETIDINA 150MG/ML 340167	3.000	Amp.	R\$ 1,74	R\$ 5.220,00
49.	CIPROFIBRATO 100MG 308738	12.000	Comp.	R\$ 0,88	R\$ 10.560,00
50.	CIPROFLOXACINO 500MG 267632	15.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
51.	CIPROFLOXACINO+ DEXAMETASONA 3,5MG/ML+1MG/ML 284102	500	Frasco	R\$ 12,34	R\$ 6.170,00
52.	CITALOPRAM 20MG 272903	20.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 6.200,00
53.	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML	400	Amp.	R\$ 3,80	R\$ 1.520,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



	424712				
54.	CLARITROMICINA 500MG 268439	6.000	Comp.	R\$ 2,09	R\$ 12.540,00
55.	CLOBAZAM 10MG 272901	8.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 7.360,00
56.	CLOBAZAM 20MG 272902	8.000	Comp.	R\$ 1,70	R\$ 13.600,00
57.	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL (FRASCO 20ML) 270120	3.000	Frasco	R\$ 4,72	R\$ 14.160,00
58.	CLONAZEPAM 2MG 270119	40.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 5.200,00
59.	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 267161	600	Amp.	R\$ 0,63	R\$ 378,00
60.	CLORETO DE SÓDIO 9% SOLUÇÃO NASAL 50ML VÁLVULA SPRAY 375474	2.000	Frasco	R\$ 3,74	R\$ 7.480,00
61.	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL 10ML 448699	1.500	Amp.	R\$ 1,03	R\$ 1.545,00
62.	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG 268442	100	Amp.	R\$ 25,29	R\$ 2.529,00
63.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG 267510	12.000	Comp.	R\$ 0,45	R\$ 5.400,00
64.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML 271710	400	Amp.	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
65.	CLORIDRATO DE CETAMINA 50MG/ML 602763	200	Amp.	R\$ 79,84	R\$ 15.968,00
66.	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG 267522	16.000	Comp.	R\$ 1,49	R\$ 23.840,00
67.	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG 268112	35.000	Comp.	R\$ 0,57	R\$ 19.950,00
68.	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG 267292	17.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 14.450,00
69.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% C/V 20ML 269852	100	Amp.	R\$ 12,26	R\$ 1.226,00
70.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML 269843	400	Amp.	R\$ 7,52	R\$ 3.008,00
71.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G 30 GRAMAS 269846	1.500	Tubo	R\$ 4,14	R\$ 6.210,00
72.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG 272320	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
73.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 18MG 308224	12.000	Comp.	R\$ 6,53	R\$ 78.360,00
74.	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – AÇÃO PROLONGADA 388796	40.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 9.200,00
75.	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG 267691	50.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 12.500,00
76.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML 267310	3.000	Amp.	R\$ 0,81	R\$ 2.430,00
77.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 267311	600	Frasco	R\$ 2,37	R\$ 1.422,00
78.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG 267312	6.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 1.140,00
79.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILIA 25MG 271606	25.000	Comp.	R\$ 0,41	R\$ 10.250,00
80.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG 271610	15.000	Comp.	R\$ 0,77	R\$ 11.550,00
81.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG 419016	6.000	Comp.	R\$ 1,25	R\$ 7.500,00
82.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG 419015	10.000	Comp.	R\$ 2,55	R\$ 25.500,00
83.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML 268504	3.000	Amp.	R\$ 1,71	R\$ 5.130,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



84.	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG 273940	18.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 6.660,00
85.	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML 272329	1.500	Amp.	R\$ 8,79	R\$ 13.185,00
86.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG 267768	10.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 2.600,00
87.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML 267769	1.200	Amp.	R\$ 3,18	R\$ 3.816,00
88.	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG 267772	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
89.	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML+ DIMENIDRATO 50MG/ML 272334	2.000	Amp.	R\$ 3,69	R\$ 7.380,00
90.	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG 272365	30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
91.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML 292382	4.000	Amp.	R\$ 2,04	R\$ 8.160,00
92.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG 268534	15.000	Comp.	R\$ 0,38	R\$ 5.700,00
93.	CLORIDRATO DE TRAMADOL RETARD 100MG 309437	4.000	Comp.	R\$ 1,52	R\$ 6.080,00
94.	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG 267425	4.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 2.400,00
95.	CLORPROMAZINA 25MG 267635	15.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 4.800,00
96.	CLORPROMAZINA 100MG 267638	18.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 14.220,00
97.	CLORPROMAZINA 25MG/ML 268069	400	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 912,00
98.	COLÍRIO ANESTÉSICO CLORIDRATO DE PROPARACAINA 0,5%	20	Frasco 15 ml	R\$ 17,53	R\$ 350,60
99.	CONCERTA 36MG 308226	3.000	Comp.	R\$ 11,26	R\$ 33.780,00
100.	CONCERTA 54MG 308225	3.000	Comp.	R\$ 8,43	R\$ 25.290,00
101.	DEPAKOTE 250MG 433279	4.000	Comp.	R\$ 8,19	R\$ 32.760,00
102.	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML 276283	400	Amp.	R\$ 2,32	R\$ 928,00
103.	DESLORATADINA 0,5MG/ML XAROPE 100ML 337468	600	Frasco	R\$ 14,50	R\$ 8.700,00
104.	DESVENLAFAXINA 50MG 405898	3.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 2.550,00
105.	DEXAMETASONA 4MG 269388	5.000	Comp.	R\$ 0,51	R\$ 2.550,00
106.	DEXAMETASONA 4MG/ML 292427	3.000	Amp.	R\$ 2,64	R\$ 7.920,00
107.	DEXAMETASONA 1MG/G 267643 TUBO 10 GRAMAS	2.400	Tubo	R\$ 4,00	R\$ 9.600,00
108.	DIAZEPAM 10MG/2ML 267194	800	Amp.	R\$ 1,41	R\$ 1.128,00
109.	DIAZEPAM 10MG 267197	40.000	Comp.	R\$ 0,18	R\$ 7.200,00
110.	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML 270999	4.000	Amp.	R\$ 1,76	R\$ 7.040,00
111.	DICLOFENACO DIMETIL GEL 11,6MG/G 60GRAMAS	500	Tubo	R\$ 18,55	R\$ 9.275,00
112.	DIENOGESTE 2MG 429549	1.080	Comp.	R\$ 0,69	R\$ 745,20
113.	DIGOXINA 0,25MG 267647	16.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.720,00
114.	DIPIRONA 500MG 267203	15.000	Comp.	R\$ 0,24	R\$ 3.600,00

**PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG**

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com

115.	DIPIRONA 500MG/ML 268252	4.000	Amp.	R\$ 2,22	R\$ 8.880,00
116.	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO ORAL frasco 20mL 267205	1.500	Frasco	R\$ 3,45	R\$ 5.175,00
117.	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA/FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML+2MG/ML 270590	2.000	Amp.	R\$ 5,92	R\$ 11.840,00
118.	DULOXETINA 30MG 302442	40.000	Comp.	R\$ 2,45	R\$ 98.000,00
119.	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,6 ML, SERINGA PREENCHIDA C/ DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, VIA DIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	300	Amp.	R\$ 21,07	R\$ 6.321,00
120.	EPINEFRINA 1MG/ML 268255	1.000	Amp.	R\$ 2,65	R\$ 2.650,00
121.	ESPIRONOLACTONA 25MG 267653	20.000	Comp.	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
122.	ETOMIDATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 270116	200	Amp.	R\$ 19,70	R\$ 3.940,00
123.	EXCITALOPRAM 10MG 291770	16.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 14.720,00
124.	FENITOÍNA 100MG 267657	20.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 4.000,00
125.	FENITOÍNA 50MG/ML 267107	600	Amp.	R\$ 2,98	R\$ 1.788,00
126.	FENOBARBITAL 100MG 267660	45.000	Comp.	R\$ 0,33	R\$ 14.850,00
127.	FENOBARBITAL 40MG/ML 300723	600	Frasco	R\$ 5,05	R\$ 3.030,00
128.	FENOBARBITAL 200MG/100MG/ML 300725	600	Amp.	R\$ 3,93	R\$ 2.358,00
129.	FENOFIBRATO 200MG 267081	6.000	Comp.	R\$ 1,15	R\$ 6.900,00
130.	FITOMENADIONA 10MG/ML 292399	500	Amp.	R\$ 2,59	R\$ 1.295,00
131.	FLUCONAZOL 150MG 267662	3.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 2.100,00
132.	FLUOXETINA 20MG 273009	55.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 23.650,00
133.	FOLINATO DE CÁLCIO 15MG 268292	2.000	Comp.	R\$ 3,03	R\$ 6.060,00
134.	FORMOTEROL +BUDESONIDA 12+400 MCG CÁPSULA INALANTE 387340	1.200	Frasco	R\$ 105,62	R\$ 126.744,00
135.	FUROSEMIDA 40MG 267663	40.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 4.400,00
136.	FUROSEMIDA 10MG/ML 267666	800	Amp.	R\$ 2,00	R\$ 1.600,00
137.	GABAPENTINA 300MG 268107	10.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 4.600,00
138.	GLIBENCLAMIDA 5MG 267671	20.000	Comp.	R\$ 0,07	R\$ 1.400,00
139.	GLICLAZIDA 30MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 442754	22.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 9.240,00
140.	GLICOSE 25% AMPOLA 10ml 267540	1.500	Amp.	R\$ 1,15	R\$ 1.725,00
141.	GLICOSE 50% AMPOLA 10ml 267541	1.500	Amp.	R\$ 0,99	R\$ 1.485,00
142.	HALOPERIDOL 1MG 267670	20.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
143.	HALOPERIDOL 5MG 267669	30.000	Comp.	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00
144.	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML 292194	4.000	Amp.	R\$ 15,67	R\$ 62.680,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



145.	HALOPERIDOL 5MG/ML 292196	400	Amp.	R\$ 2,47	R\$ 988,00
146.	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG 267674	55.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 19.800,00
147.	HIDROCORTISONA 100MG 270220	800	Amp.	R\$ 4,37	R\$ 3.496,00
148.	HIDROCORTISONA 500MG 270219	1.000	Amp.	R\$ 9,62	R\$ 9.620,00
149.	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 30ML 294643	1.500	Frasco	R\$ 5,39	R\$ 8.085,00
150.	IBUPROFENO 600MG 267676	15.000	Comp.	R\$ 0,28	R\$ 4.200,00
151.	ITRACONAZOL 100MG 268861	6.000	Comp.	R\$ 1,38	R\$ 8.280,00
152.	IVERMECTINA 6MG 376767	5.000	Comp.	R\$ 2,24	R\$ 11.200,00
153.	KOLLAGENASE 0,6U/G 30 gramas 268958	2.000	Tubo	R\$ 16,51	R\$ 33.020,00
154.	KOLLAGENASE C/CLORANFENICOL 30 gramas 270495	1.500	Tubo	R\$ 20,33	R\$ 30.495,00
155.	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML 383750	400	Frasco	R\$ 5,01	R\$ 2.004,00
156.	LAMOTRIGINA 25MG 295040	6.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 840,00
157.	LAMOTRIGINA 50MG 324414	8.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 2.000,00
158.	LAMOTRIGINA 100MG 272809	6.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 2.520,00
159.	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100+25MG 433280	10.000	Comp.	R\$ 2,35	R\$ 23.500,00
160.	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+50MG 270126	8.000	Comp.	R\$ 3,26	R\$ 26.080,00
161.	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG 268124	24.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 6.960,00
162.	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG 268123	24.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 8.400,00
163.	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG 268125	20.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
164.	LISDEXANFETAMINA 30MG 407328	4.000	Comp.	R\$ 11,21	R\$ 44.840,00
165.	LISDEXANFETAMINA 50MG 407327	4.000	Comp.	R\$ 12,85	R\$ 51.400,00
166.	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 273467	2.000	Frasco	R\$ 4,42	R\$ 8.840,00
167.	LORATADINA 10MG 273466	10.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00
168.	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG 268856	55.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 7.150,00
169.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG 267645	8.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 1.600,00
170.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML 298454	2.500	Frasco	R\$ 5,47	R\$ 13.675,00
171.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML +BETAMETASONA 0,05MG/ML FRASCO COM 120ML 393870	1.000	Frasco	R\$ 16,95	R\$ 16.950,00
172.	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG 267651	30.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
173.	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG 267652	20.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 4.400,00
174.	METILDOPA 250MG 267689	20.000	Comp.	R\$ 0,74	R\$ 14.800,00

**PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG**

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com

175.	METROPOLOL CONTROLADA 276656	SUCCINATO 25MG LIBERAÇÃO	15.000	Comp.	R\$ 0,61	R\$ 9.150,00
176.	METROPOLOL CONTROLADA 276658	SUCCINATO 100MG LIBERAÇÃO	12.000	Comp.	R\$ 1,88	R\$ 22.560,00
177.	METRONIDAZOL GELÉIA VAGINAL 80 GRAMAS 372335		1.000	Tubo	R\$ 9,07	R\$ 9.070,00
178.	METRONIDAZOL 250MG 267717		8.000	Comp.	R\$ 0,49	R\$ 3.920,00
179.	MICONAZOL 20MG/G DERMATOLÓGICO 268286		1.200	Tubo	R\$ 5,18	R\$ 6.216,00
180.	MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL 268162		600	Tubo	R\$ 10,07	R\$ 6.042,00
181.	MIDAZOLAM 5MG/ML 268481		300	Amp.	R\$ 4,77	R\$ 1.431,00
182.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG SUBLINGUAL 273402		1.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 460,00
183.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG 273397		22.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.940,00
184.	NALTREXONA 50MG 273266		8.000	Comp.	R\$ 3,46	R\$ 27.680,00
185.	NEOMICINA +BACITRACINA 5MG/G +250U/G 273167		6.000	Tubo	R\$ 3,66	R\$ 21.960,00
186.	NEOZINE 25MG 268128		6.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 3.780,00
187.	NIMESULIDA 100MG 273710		20.000	Comp.	R\$ 0,15	R\$ 3.000,00
188.	NISTATINA 100.000 UI/4 GRAMAS CREME VAGINAL 266788		800	Tubo	R\$ 8,51	R\$ 6.808,00
189.	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 100.000UI+ 200MG/G 279297		400	Tubo	R\$ 9,68	R\$ 3.872,00
190.	NITROFURANTOÍNA 100MG 268273		20.000	Cápsula	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
191.	OMEPRAZOL 20MG Em CARTELA 267712		28.000	Cápsula	R\$ 0,24	R\$ 6.720,00
192.	OMEPRAZOL 40MG/ML INJETÁVEL 268160		1.000	Amp.	R\$ 11,15	R\$ 11.150,00
193.	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS 267777		1.500	Frasco	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00
194.	PARACETAMOL 500MG 267778		15.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 2.850,00
195.	PERMETRINA 10MG/ML 267773		400	Frasco	R\$ 3,53	R\$ 1.412,00
196.	PERMETRINA 50MG/ML 363597		400	Frasco	R\$ 5,34	R\$ 2.136,00
197.	PREDNISOLONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448594		1.000	Frasco	R\$ 9,29	R\$ 9.290,00
198.	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448595		2.000	Frasco	R\$ 6,72	R\$ 13.440,00
199.	PREDNISONA 20MG 267743		12.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 5.160,00
200.	PREGABALINA 75MG 388712		30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
201.	PROPAFENONA 300MG 272412		6.000	Comp.	R\$ 2,37	R\$ 14.220,00
202.	QUETIAPINA 25MG 272831		5.000	Comp.	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
203.	QUETIAPINA 50MG XR 390005		8.000	Comp.	R\$ 4,00	R\$ 32.000,00
204.	RISPERIDONA 1MG		15.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 4.050,00

**PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG**

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com

	272839				
205.	RISPERIDONA 2MG 268149	20.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.400,00
206.	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL , COMPOSIÇÃO: SÓDIO,POTÁSSIO,CLORETO ,CITRATO E GLICOSE.CONCENTRAÇÃO: 90MEQ/L +20MEQ/L+80MEQ/L+30MEQ/L+111MMOL. PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL. 446105	3.500	Envelope	R\$ 1,73	R\$ 6.055,00
207.	SALMETEROL+ FLUTICASONA 25MCG+250MCG/DOSE SUSPENSÃO AEROSSOL 398710	200	Frasco	R\$ 190,55	R\$ 38.110,00
208.	SIMETICONA 75MG/ML 412965	800	Frasco	R\$ 2,28	R\$ 1.824,00
209.	SINVASTATINA 10MG 267746	15.000	Comp.	R\$ 0,21	R\$ 3.150,00
210.	SINVASTATINA 20MG 267747	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
211.	SINVASTATINA 40MG 267745	15.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 9.000,00
212.	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 272089	2.000	Pote 400G	R\$ 41,38	R\$ 82.760,00
213.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400+80MG 308882	6.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 5.580,00
214.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/ML + 8MG/ML 308884	400	Frasco 100 ml	R\$ 12,44	R\$ 4.976,00
215.	SULFATO DE MORFINA 30MG 271391	4.000	Comp.	R\$ 2,59	R\$ 10.360,00
216.	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML 420599	200	Amp.	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
217.	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML 304871	400	Amp.	R\$ 7,88	R\$ 3.152,00
218.	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG/DOSE FRASCO 200 DOSES 294887	1.500	Frasco	R\$ 15,60	R\$ 23.400,00
219.	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML 292345	500	Frasco	R\$ 1,68	R\$ 840,00
220.	SULFATO FERROSO 40MG 292344	16.000	Comp.	R\$ 0,10	R\$ 1.600,00
221.	TIAMINA 300MG 272341	4.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 3.720,00
222.	TOPIRAMATO 50MG 272850	10.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 3.600,00
223.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG 328529	40.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 38.400,00
224.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/ML 328532	500	Frasco	R\$ 7,24	R\$ 3.620,00
225.	VARFARINA SÓDICA 5MG 279269	4.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 1.560,00
226.	VENLAFAXINA 37,5 356935	3.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 1.890,00
227.	VENLAFAXINA 75MG 272382	15.000	Comp.	R\$ 1,01	R\$ 15.150,00
228.	VENVANSE 70MG 407326	4.000	Comp.	R\$ 15,80	R\$ 63.200,00
229.	VITAMINA B1 TIAMINA INJETÁVEL	600	Amp.	R\$ 8,34	R\$ 5.004,00
230.	VITAMINAS DO COMPLEXO B POLIVITAMINICO 363088	3.000	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 6.840,00
231.	ZOLPIDEM 10MG 278316	3.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 420,00

a) Declaro que todas as despesas, inclusive fretes, impostos etc., estão inclusas no preço.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



- b) Declaro que o Edital e seus anexos estão disponíveis para consulta nos sites oficiais, estando ciente de suas normas e exigências, as quais aceito da forma como proposto.
- c) Dados Bancários: Banco: Agência: Conta N°:
- d) E-mail: Tel:
- e) Responsável pela assinatura da Ata/contrato, CPF: cargo:

ESTA PROPOSTA TEM VALIDADE DE 60 (SESSENTA) DIAS.

(Local, Data) Nome por extenso

CPF



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º / _____
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 042/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA, com sede à Rua Major José Luiz da Silva Viana nº 1.111, Centro, CEP 36.585-000, Pedra do Anta/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.133.439/0001-58, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. Eduardo José Viana, brasileiro, casado, CPF N.º considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo licitatório nº 042/2026 - Pregão n.º 022/2026, RESOLVE registrar o preço da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 655/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente ata o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.
- 1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereço, contatos, representante)						
Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Preço unit.	Preço total
01						

2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 2.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
- 2.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:
 - a) Fiscal: Kamila Ribeiro Rezende.
 - b) Gestor: Silvia Cristina da Natividade.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e nos Decretos nº 655/2024.
- 3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art.84 da Lei 14.133, de 2021.

5. RESPONSABILIDADE POR DANOS

5.1. O Fornecedor responderá por todo e qualquer dano provocado à Prefeitura Municipal, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela Prefeitura Municipal, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.

5.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pela Prefeitura Municipal, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo Fornecedor, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do Fornecedor for apresentada ou chegar ao conhecimento da Prefeitura Municipal, este comunicará ao Fornecedor por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à Prefeitura Municipal a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo Fornecedor não o eximem das responsabilidades assumidas perante a Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula.



5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da Prefeitura Municipal, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pelo Fornecedor, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à Prefeitura Municipal, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) Dedução de créditos do Fornecedor;
- b) Medida judicial apropriada, a critério da Prefeitura Municipal.

6. REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.2. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3. Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso o fornecedor não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido referente ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.2. Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do 6.2.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.2.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.4. Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual.

6.3. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite decumprir o compromisso.

6.3.1. Para fins do disposto no subitem acima, deverá o fornecedor encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

6.3.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o



fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

6.3.3. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.3.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 6.3.1, o órgão ou entidade gerenciadora procederá à atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.3.6. O Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

7.1. O registro do licitante vencedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando: I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. No caso do inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por decisão do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

I Por razão de interesse público; ou

II A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

8. DAS PENALIDADES E RESCISÃO

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10. DO FORO

10.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca de Teixeira, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente termo e que não possa ser resolvida por comum acordo entre as partes.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Pedra do Anta, ____ de ____ de ____.

representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)

Município de Pedra do Anta
Prefeito Municipal



ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____ / __,
QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE PEDRA DO ANTA E
_____.

Pelo presente instrumento que entre si fazem de um lado o **MUNICÍPIO DE PEDRA DO ANTA**, com sede à Rua Major José Luiz da Silva Viana nº 1.111, Centro, Pedra do Anta- MG, Inscrito no CNPJ sob Nº 18.133.439/0001-58, Insc. Estadual 'isento', representado pelo Prefeito, Sr. _____ brasileiro, casado, CPF Nº _____, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro a empresa

_____, com sede _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, Insc. Estadual _____, representada pelo Sr. _____, denominada neste ato **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº ____/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônica nº ____ / _____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é o registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Preço unit. (R\$)	Preço total(R\$)
01						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



CONTRATUAIS (art. 92, IV, VIIe XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

3.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:

a) Fiscal: Kamila Ribeiro Rezende

b) Gestor: Silvia Cristina da Natividade

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$. (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, a partir da solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços) apurado no período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI, XVI, XVII E XVIII)



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



XVII

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92. XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) Der causa à inexecução total do contrato;
- l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa:

- a) Compensatória e
- b) De mora.

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

10.5. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso I.

10.6. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado,



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

10.7. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I – descumprimento de pequena relevância;
- II – inexecução parcial de obrigação contratual.

10.7.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

10.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

IV - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) Dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

10.8.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

10.8.2. Considera-se inexecução total do contrato:

- I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II - recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

10.8.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

- I - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
- II - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, Pregoeira ou comissão de licitação, enquanto a justificativa apresentada pela



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacoes@pedrapa26@gmail.com

contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

10.8.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou IV - judicialmente.

10.9. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos. II - dar causa à inexecução total do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos. III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

10.10. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsificada durante a licitação ou a execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos. II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos. V -



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacoes@pedraponta.mg.gov.br

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.10.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 10.10, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.11. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

10.12. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

10.12.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 10.12 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

10.12.2. O disposto no subitem 10.12 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

10.13. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

- II - as peculiaridades do caso concreto;

- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.13.1. São circunstâncias agravantes:

- I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

- II - o conluio entre fornecedores para a prática da infração;

- III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

- IV - a reincidência.

- V - a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no subitem 8.1.9 deste edital.

10.13.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

10.13.1.2. Para efeito de reincidência:

- I - considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

- II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;

- III - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

10.13.2. São circunstâncias atenuantes:

- I - a primariedade;

- II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacaosaudepa26@gmail.com



III - reparar o dano antes do julgamento;

IV - confessar a autoria da infração.

10.13.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

10.14. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, reservado ao Município o direito de determinar a interrupção temporária dos serviços ou fornecimento no transcurso do procedimento administrativo.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacoes@pedrapa26@gmail.com

11.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de dotação orçamentária constante do orçamento vigente sob a seguinte rubrica:

020701-103010010.2.053 339030 Ficha 341

020701-103010010.2.052 339030 Ficha 333

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. As partes elegem o foro de Teixeira para dirimir as questões resultantes do presente contrato renunciando a qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ANEXOS

17.1. Integram este contrato, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.1.1. ANEXO IV - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP: 36.585-000.

E-mail: licitacao@pedrapa26.ufmg.br

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do CONTRATANTE



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

Termo de Referência

Informações Básicas

Número do artefato UASG
984975-PREF.MUN.DE PEDRA DO ANTA

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Compra de materiais consumo		Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.

1. Definição do objeto

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	VALOR TOTAL
1.	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG 267502	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
2.	ÁCIDO FÓLICO 5MG 267503	8.000	Comp.	R\$ 0,12	R\$ 960,00
3.	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML 327566	500	Amp.	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
4.	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML 315056	5.000	Amp.	R\$ 0,61	R\$ 3.050,00
5.	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL (FRASCO 10ML) 267507	1.000	frasco	R\$ 2,13	R\$ 2.130,0
6.	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL 459822	2.000	Comp´.	R\$ 0,65	R\$ 1.300,00
7.	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG 269462	2.000	Comp.	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
8.	ALOPURINOL 100MG 267508	15.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.300,00
9.	ALOPURINOL 300MG 267509	12.000	Comp.	R\$ 0,53	R\$ 6.360,00
10.	ALPRAZOLAM 2MG 284465	24.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 7.440,00
11.	AMINOFILINA 24MG/ML 292402	600	Amp.	R\$ 7,65	R\$ 4.590,00
12.	AMITRIPTILINA 25MG 267512	30.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
13.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG+12,5MG /ml frasco com 75ML 448841	1.000	Frasco	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
14.	AMOXICILINA 50MG/ML SUSPENSÃO COM 60ML 271111	1.500	Frasco	R\$ 6,79	R\$ 10.185,00
15.	AMOXICILINA 500MG CÁPSULA 271089	15.015	Comp.	R\$ 0,56	R\$ 8.408,40
16.	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500+125MG 271217	12.012	Comp.	R\$ 4,47	R\$ 53.693,64
17.	ANLODIPINO 5MG 272434	25.000	Comp.	R\$ 0,09	R\$ 2.250,00
18.	ANLODIPINO 10MG 268896	18.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 2.520,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

19.	ATENOLOL 50MG 267517	20.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00
20.	ATORVASTATINA 20MG 268081	32.000	Comp.	R\$ 0,52	R\$ 16.640,00
21.	ATROPINA 0,5MG/ML 478760	400	Amp.	R\$ 0,96	R\$ 384,00
22.	AZATIOPRINA 50MG 268083	8.000	Comp.	R\$ 1,78	R\$ 14.240,00
23.	AZITROMICINA 500MG 267140	12.000	Comp.	R\$ 1,04	R\$ 12.480,00
24.	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML 268949	1.200	Frasco	R\$ 8,08	R\$ 9.696,00
25.	BENZILPENICILINA BENZATINA 1,200UI 270612	1.200	Amp.	R\$ 10,25	R\$ 12.300,00
26.	BIPERIDENO 2MG 270140	30.000	Comp.	R\$ 1,20	R\$ 36.000,00
27.	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG 272045	15.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 10.500,00
28.	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML 20ML 268331	100	Frasco	R\$ 2,58	R\$ 258,00
29.	BROMOPRIDA 4MG/ML 269956	8.000	Frasco	R\$ 2,94	R\$ 23.520,00
30.	BROMOPRIDA 5MG/ML 269958	800	Amp.	R\$ 2,13	R\$ 1.704,00
31.	BUDESONIDA 50MCG/DOSE SPRAY NASAL (200 DOSES) 266701	1.200	Frasco	R\$ 21,87	R\$ 26.244,00
32.	BUPROPIONA 150MG 268994	14.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 9.800,00
33.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 267282	2.000	Amp.	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
34.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 4+500 MG/ML 270621	3.000	Amp.	R\$ 2,52	R\$ 7.560,00
35.	CARBAMAZEPINA 200MG 267618	50.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 21.000,00
36.	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG 270895	5.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 1.150,00
37.	CARBONATO DE LÍTIO 300MG 267621	25.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 9.250,00
38.	CARBONATO DE LÍTIO 450MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 468947	10.000	Comp.	R\$ 2,00	R\$ 20.000,00
39.	CARVEDILOL 3,125MG 267566	30.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
40.	CARVEDILOL 12,5MG 267564	20.000	Comp.	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
41.	CEFALEXINA 500MG 267625	15.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 14.400,00
42.	CEFALEXINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL(FRASCO 60ML) 331555	500	Frasco	R\$ 10,63	R\$ 5.315,00
43.	CEFTRIAXONA 1G IV 450890	1.500	Amp.	R\$ 7,69	R\$ 11.535,00
44.	CEFTRIAXONA 1G IM 442701	1.000	Amp.	R\$ 10,09	R\$ 10.090,00
45.	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML 100ML 271103	400	Frasco	R\$ 9,57	R\$ 3.828,00
46.	CETOPROFENO 50MG/ML 448845	4.000	Amp.	R\$ 2,96	R\$ 11.840,00
47.	CICLOBENZAPRINA 5MG 272166	14.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 3.080,00
48.	CIMETIDINA 150MG/ML	3.000	Amp.	R\$ 1,74	R\$ 5.220,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

	340167				
49.	CIPROFIBRATO 100MG 308738	12.000	Comp.	R\$ 0,88	R\$ 10.560,00
50.	CIPROFLOXACINO 500MG 267632	15.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
51.	CIPROFLOXACINO+ DEXAMETASONA 3,5MG/ML+1MG/ML 284102	500	Frasco	R\$ 12,34	R\$ 6.170,00
52.	CITALOPRAM 20MG 272903	20.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 6.200,00
53.	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML 424712	400	Amp.	R\$ 3,80	R\$ 1.520,00
54.	CLARITROMICINA 500MG 268439	6.000	Comp.	R\$ 2,09	R\$ 12.540,00
55.	CLOBAZAM 10MG 272901	8.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 7.360,00
56.	CLOBAZAM 20MG 272902	8.000	Comp.	R\$ 1,70	R\$ 13.600,00
57.	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL (FRASCO 20ML) 270120	3.000	Frasco	R\$ 4,72	R\$ 14.160,00
58.	CLONAZEPAM 2MG 270119	40.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 5.200,00
59.	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 267161	600	Amp.	R\$ 0,63	R\$ 378,00
60.	CLORETO DE SÓDIO 9% SOLUÇÃO NASAL 50ML VÁLVULA SPRAY 375474	2.000	Frasco	R\$ 3,74	R\$ 7.480,00
61.	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL 10ML 448699	1.500	Amp.	R\$ 1,03	R\$ 1.545,00
62.	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG 268442	100	Amp.	R\$ 25,29	R\$ 2.529,00
63.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG 267510	12.000	Comp.	R\$ 0,45	R\$ 5.400,00
64.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML 271710	400	Amp.	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
65.	CLORIDRATO DE CETAMINA 50MG/ML 602763	200	Amp.	R\$ 79,84	R\$ 15.968,00
66.	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG 267522	16.000	Comp.	R\$ 1,49	R\$ 23.840,00
67.	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG 268112	35.000	Comp.	R\$ 0,57	R\$ 19.950,00
68.	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25MG 267292	17.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 14.450,00
69.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% C/V 20ML 269852	100	Amp.	R\$ 12,26	R\$ 1.226,00
70.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML 269843	400	Amp.	R\$ 7,52	R\$ 3.008,00
71.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G 30 GRAMAS 269846	1.500	Tubo	R\$ 4,14	R\$ 6.210,00
72.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG 272320	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
73.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 18MG 308224	12.000	Comp.	R\$ 6,53	R\$ 78.360,00
74.	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – AÇÃO PROLONGADA 388796	40.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 9.200,00
75.	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG 267691	50.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 12.500,00
76.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML 267310	3.000	Amp.	R\$ 0,81	R\$ 2.430,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

77.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 267311	600	Frasco	R\$ 2,37	R\$ 1.422,00
78.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG 267312	6.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 1.140,00
79.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILIA 25MG 271606	25.000	Comp.	R\$ 0,41	R\$ 10.250,00
80.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG 271610	15.000	Comp.	R\$ 0,77	R\$ 11.550,00
81.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG 419016	6.000	Comp.	R\$ 1,25	R\$ 7.500,00
82.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG 419015	10.000	Comp.	R\$ 2,55	R\$ 25.500,00
83.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML 268504	3.000	Amp.	R\$ 1,71	R\$ 5.130,00
84.	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG 273940	18.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 6.660,00
85.	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML 272329	1.500	Amp.	R\$ 8,79	R\$ 13.185,00
86.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG 267768	10.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 2.600,00
87.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML 267769	1.200	Amp.	R\$ 3,18	R\$ 3.816,00
88.	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG 267772	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
89.	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML+ DIMENIDRATO 50MG/ML 272334	2.000	Amp.	R\$ 3,69	R\$ 7.380,00
90.	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG 272365	30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
91.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML 292382	4.000	Amp.	R\$ 2,04	R\$ 8.160,00
92.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG 268534	15.000	Comp.	R\$ 0,38	R\$ 5.700,00
93.	CLORIDRATO DE TRAMADOL RETARD 100MG 309437	4.000	Comp.	R\$ 1,52	R\$ 6.080,00
94.	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG 267425	4.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 2.400,00
95.	CLORPROMAZINA 25MG 267635	15.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 4.800,00
96.	CLORPROMAZINA 100MG 267638	18.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 14.220,00
97.	CLORPROMAZINA 25MG/ML 268069	400	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 912,00
98.	COLÍRIO ANESTÉSICO CLORIDRATO DE PROPARACAINA 0,5%	20	Frasco 15 ml	R\$ 17,53	R\$ 350,60
99.	CONCERTA 36MG 308226	3.000	Comp.	R\$ 11,26	R\$ 33.780,00
100.	CONCERTA 54MG 308225	3.000	Comp.	R\$ 8,43	R\$ 25.290,00
101.	DEPAKOTE 250MG 433279	4.000	Comp.	R\$ 8,19	R\$ 32.760,00
102.	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML 276283	400	Amp.	R\$ 2,32	R\$ 928,00
103.	DESLORATADINA 0,5MG/ML XAROPE 100ML 337468	600	Frasco	R\$ 14,50	R\$ 8.700,00
104.	DESVENLAFAXINA 50MG 405898	3.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 2.550,00
105.	DEXAMETASONA 4MG 269388	5.000	Comp.	R\$ 0,51	R\$ 2.550,00
106.	DEXAMETASONA 4MG/ML 292427	3.000	Amp.	R\$ 2,64	R\$ 7.920,00
107.	DEXAMETASONA 1MG/G	2.400	Tubo	R\$ 4,00	R\$ 9.600,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

	267643 TUBO 10 GRAMAS				
108.	DIAZEPAM 10MG/2ML 267194	800	Amp.	R\$ 1,41	R\$ 1.128,00
109.	DIAZEPAM 10MG 267197	40.000	Comp.	R\$ 0,18	R\$ 7.200,00
110.	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML 270999	4.000	Amp.	R\$ 1,76	R\$ 7.040,00
111.	DICLOFENACO DIMETIL GEL 11,6MG/G 60GRAMAS	500	Tubo	R\$ 18,55	R\$ 9.275,00
112.	DIENOGESTE 2MG 429549	1.080	Comp.	R\$ 0,69	R\$ 745,20
113.	DIGOXINA 0,25MG 267647	16.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.720,00
114.	DIPIRONA 500MG 267203	15.000	Comp.	R\$ 0,24	R\$ 3.600,00
115.	DIPIRONA 500MG/ML 268252	4.000	Amp.	R\$ 2,22	R\$ 8.880,00
116.	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO ORAL frasco 20mL 267205	1.500	Frasco	R\$ 3,45	R\$ 5.175,00
117.	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA/FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML+2MG/ML 270590	2.000	Amp.	R\$ 5,92	R\$ 11.840,00
118.	DULOXETINA 30MG 302442	40.000	Comp.	R\$ 2,45	R\$ 98.000,00
119.	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,6 ML,SERINGA PREENCHIDA C/ DISPOSITIVO DE SEGURANÇA,VIA DIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	300	Amp.	R\$ 21,07	R\$ 6.321,00
120.	EPINEFRINA 1MG/ML 268255	1.000	Amp.	R\$ 2,65	R\$ 2.650,00
121.	ESPIRONOLACTONA 25MG 267653	20.000	Comp.	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
122.	ETOMIDATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 270116	200	Amp.	R\$ 19,70	R\$ 3.940,00
123.	EXCITALOPRAM 10MG 291770	16.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 14.720,00
124.	FENITOÍNA 100MG 267657	20.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 4.000,00
125.	FENITOÍNA 50MG/ML 267107	600	Amp.	R\$ 2,98	R\$ 1.788,00
126.	FENOBARBITAL 100MG 267660	45.000	Comp.	R\$ 0,33	R\$ 14.850,00
127.	FENOBARBITAL 40MG/ML 300723	600	Frasco	R\$ 5,05	R\$ 3.030,00
128.	FENOBARBITAL 200MG/100MG/ML 300725	600	Amp.	R\$ 3,93	R\$ 2.358,00
129.	FENOFIBRATO 200MG 267081	6.000	Comp.	R\$ 1,15	R\$ 6.900,00
130.	FITOMENADIONA 10MG/ML 292399	500	Amp.	R\$ 2,59	R\$ 1.295,00
131.	FLUCONAZOL 150MG 267662	3.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 2.100,00
132.	FLUOXETINA 20MG 273009	55.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 23.650,00
133.	FOLINATO DE CÁLCIO 15MG 268292	2.000	Comp.	R\$ 3,03	R\$ 6.060,00
134.	FORMOTEROL +BUDESONIDA 12+400 MCG CÁPSULA INALANTE 387340	1.200	Frasco	R\$ 105,62	R\$ 126.744,00
135.	FUROSEMIDA 40MG	40.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 4.400,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

	267663				
136.	FUROSEMIDA 10MG/ML 267666	800	Amp.	R\$ 2,00	R\$ 1.600,00
137.	GABAPENTINA 300MG 268107	10.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 4.600,00
138.	GLIBENCLAMIDA 5MG 267671	20.000	Comp.	R\$ 0,07	R\$ 1.400,00
139.	GLICLAZIDA 30MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 442754	22.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 9.240,00
140.	GLICOSE 25% AMPOLA 10ml 267540	1.500	Amp.	R\$ 1,15	R\$ 1.725,00
141.	GLICOSE 50% AMPOLA 10ml 267541	1.500	Amp.	R\$ 0,99	R\$ 1.485,00
142.	HALOPERIDOL 1MG 267670	20.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
143.	HALOPERIDOL 5MG 267669	30.000	Comp.	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00
144.	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML 292194	4.000	Amp.	R\$ 15,67	R\$ 62.680,00
145.	HALOPERIDOL 5MG/ML 292196	400	Amp.	R\$ 2,47	R\$ 988,00
146.	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG 267674	55.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 19.800,00
147.	HIDROCORTISONA 100MG 270220	800	Amp.	R\$ 4,37	R\$ 3.496,00
148.	HIDROCORTISONA 500MG 270219	1.000	Amp.	R\$ 9,62	R\$ 9.620,00
149.	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 30ML 294643	1.500	Frasco	R\$ 5,39	R\$ 8.085,00
150.	IBUPROFENO 600MG 267676	15.000	Comp.	R\$ 0,28	R\$ 4.200,00
151.	ITRACONAZOL 100MG 268861	6.000	Comp.	R\$ 1,38	R\$ 8.280,00
152.	IVERMECTINA 6MG 376767	5.000	Comp.	R\$ 2,24	R\$ 11.200,00
153.	KOLLAGENASE 0,6U/G 30 gramas 268958	2.000	Tubo	R\$ 16,51	R\$ 33.020,00
154.	KOLLAGENASE C/CLORANFENICOL 30 gramas 270495	1.500	Tubo	R\$ 20,33	R\$ 30.495,00
155.	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML 383750	400	Frasco	R\$ 5,01	R\$ 2.004,00
156.	LAMOTRIGINA 25MG 295040	6.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 840,00
157.	LAMOTRIGINA 50MG 324414	8.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 2.000,00
158.	LAMOTRIGINA 100MG 272809	6.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 2.520,00
159.	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100+25MG 433280	10.000	Comp.	R\$ 2,35	R\$ 23.500,00
160.	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+50MG 270126	8.000	Comp.	R\$ 3,26	R\$ 26.080,00
161.	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG 268124	24.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 6.960,00
162.	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG 268123	24.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 8.400,00
163.	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG 268125	20.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
164.	LISDEXANFETAMINA 30MG 407328	4.000	Comp.	R\$ 11,21	R\$ 44.840,00
165.	LISDEXANFETAMINA 50MG 407327	4.000	Comp.	R\$ 12,85	R\$ 51.400,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

166.	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 273467	2.000	Frasco	R\$ 4,42	R\$ 8.840,00
167.	LORATADINA 10MG 273466	10.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00
168.	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG 268856	55.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 7.150,00
169.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG 267645	8.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 1.600,00
170.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML 298454	2.500	Frasco	R\$ 5,47	R\$ 13.675,00
171.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML +BETAMETASONA 0,05MG/ML FRASCO COM 120ML 393870	1.000	Frasco	R\$ 16,95	R\$ 16.950,00
172.	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG 267651	30.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
173.	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG 267652	20.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 4.400,00
174.	METILDOPA 250MG 267689	20.000	Comp.	R\$ 0,74	R\$ 14.800,00
175.	METROPOLOL SUCCINATO 25MG LIBERAÇÃO CONTROLADA 276656	15.000	Comp.	R\$ 0,61	R\$ 9.150,00
176.	METROPOLOL SUCCINATO 100MG LIBERAÇÃO CONTROLADA 276658	12.000	Comp.	R\$ 1,88	R\$ 22.560,00
177.	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 80 GRAMAS 372335	1.000	Tubo	R\$ 9,07	R\$ 9.070,00
178.	METRONIDAZOL 250MG 267717	8.000	Comp.	R\$ 0,49	R\$ 3.920,00
179.	MICONAZOL 20MG/G DERMATOLÓGICO 268286	1.200	Tubo	R\$ 5,18	R\$ 6.216,00
180.	MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL 268162	600	Tubo	R\$ 10,07	R\$ 6.042,00
181.	MIDAZOLAM 5MG/ML 268481	300	Amp.	R\$ 4,77	R\$ 1.431,00
182.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG SUBLINGUAL 273402	1.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 460,00
183.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG 273397	22.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.940,00
184.	NALTREXONA 50MG 273266	8.000	Comp.	R\$ 3,46	R\$ 27.680,00
185.	NEOMICINA +BACITRACINA 5MG/G +250U/G 273167	6.000	Tubo	R\$ 3,66	R\$ 21.960,00
186.	NEOZINE 25MG 268128	6.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 3.780,00
187.	NIMESULIDA 100MG 273710	20.000	Comp.	R\$ 0,15	R\$ 3.000,00
188.	NISTATINA 100.000 UI/4 GRAMAS CREME VAGINAL 266788	800	Tubo	R\$ 8,51	R\$ 6.808,00
189.	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 100.000UI+ 200MG/G 279297	400	Tubo	R\$ 9,68	R\$ 3.872,00
190.	NITROFURANTOÍNA 100MG 268273	20.000	Cápsula	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
191.	OMEPRAZOL 20MG Em CARTELA 267712	28.000	Cápsula	R\$ 0,24	R\$ 6.720,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

192.	OMEPRAZOL 40MG/ML INJETÁVEL 268160	1.000	Amp.	R\$ 11,15	R\$ 11.150,00
193.	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS 267777	1.500	Frasco	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00
194.	PARACETAMOL 500MG 267778	15.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 2.850,00
195.	PERMETRINA 10MG/ML 267773	400	Frasco	R\$ 3,53	R\$ 1.412,00
196.	PERMETRINA 50MG/ML 363597	400	Frasco	R\$ 5,34	R\$ 2.136,00
197.	PREDNISOLONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448594	1.000	Frasco	R\$ 9,29	R\$ 9.290,00
198.	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448595	2.000	Frasco	R\$ 6,72	R\$ 13.440,00
199.	PREDNISONA 20MG 267743	12.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 5.160,00
200.	PREGABALINA 75MG 388712	30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
201.	PROPAFENONA 300MG 272412	6.000	Comp.	R\$ 2,37	R\$ 14.220,00
202.	QUETIAPINA 25MG 272831	5.000	Comp.	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
203.	QUETIAPINA 50MG XR 390005	8.000	Comp.	R\$ 4,00	R\$ 32.000,00
204.	RISPERIDONA 1MG 272839	15.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 4.050,00
205.	RISPERIDONA 2MG 268149	20.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.400,00
206.	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL , COMPOSIÇÃO: SÓDIO,POTÁSSIO,CLORETO ,CITRATO E GLICOSE.CONCENTRAÇÃO: 90MEQ/L +20MEQ/L+80MEQ/L+30MEQ/L+111MMOL. PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL. 446105	3.500	Envelope	R\$ 1,73	R\$ 6.055,00
207.	SALMETEROL+ FLUTICASONA 25MCG+250MCG/DOSE SUSPENSÃO AEROSSOL 398710	200	Frasco	R\$ 190,55	R\$ 38.110,00
208.	SIMETICONA 75MG/ML 412965	800	Frasco	R\$ 2,28	R\$ 1.824,00
209.	SINVASTATINA 10MG 267746	15.000	Comp.	R\$ 0,21	R\$ 3.150,00
210.	SINVASTATINA 20MG 267747	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
211.	SINVASTATINA 40MG 267745	15.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 9.000,00
212.	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 272089	2.000	Pote 400G	R\$ 41,38	R\$ 82.760,00
213.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400+80MG 308882	6.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 5.580,00
214.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/ML + 8MG/ML 308884	400	Frasco 100 ml	R\$ 12,44	R\$ 4.976,00
215.	SULFATO DE MORFINA 30MG 271391	4.000	Comp.	R\$ 2,59	R\$ 10.360,00
216.	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML 420599	200	Amp.	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
217.	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML 304871	400	Amp.	R\$ 7,88	R\$ 3.152,00
218.	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG/DOSE FRASCO 200 DOSES 294887	1.500	Frasco	R\$ 15,60	R\$ 23.400,00
219.	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML 292345	500	Frasco	R\$ 1,68	R\$ 840,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

220.	SULFATO FERROSO 40MG 292344	16.000	Comp.	R\$ 0,10	R\$ 1.600,00
221.	TIAMINA 300MG 272341	4.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 3.720,00
222.	TOPIRAMATO 50MG 272850	10.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 3.600,00
223.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG 328529	40.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 38.400,00
224.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/ML 328532	500	Frasco	R\$ 7,24	R\$ 3.620,00
225.	VARFARINA SÓDICA 5MG 279269	4.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 1.560,00
226.	VENLAFAXINA 37,5 356935	3.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 1.890,00
227.	VENLAFAXINA 75MG 272382	15.000	Comp.	R\$ 1,01	R\$ 15.150,00
228.	VENVANSE 70MG 407326	4.000	Comp.	R\$ 15,80	R\$ 63.200,00
229.	VITAMINA B1 TIAMINA INJETÁVEL	600	Amp.	R\$ 8,34	R\$ 5.004,00
230.	VITAMINAS DO COMPLEXO B POLIVITAMINICO 363088	3.000	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 6.840,00
231.	ZOLPIDEM 10MG 278316	3.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 420,00

1.1.1. **Havendo divergência entre a especificação do CATMAT e a constante neste Termo de Referência, prevalecerá a especificação do Termo de Referência ao qual a proposta se vincula.**

1.2. Os itens desta contratação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 620/2023, de 30 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5. O termo de contrato vigorará por 12 (doze) meses consecutivos, podendo ser prorrogado nas formas do Art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. As minutas do contrato e da Ata de registro de preços oferece maiores detalhamentos das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais será de no máximo **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de fornecimento (OF), emitida pela secretaria Requisitante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços indicados na Nota de Fornecimento.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive Ata de Registro de Preços, nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

6.1.1. Fica(m) nomeado(s):

a) Fiscal do contrato:

- Kamila Ribeiro Rezende

b) Gestor do contrato:

- Silvia Cristina da Natividade

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. A entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato ou instrumento equivalente, a entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.8 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#);

6.8.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.8.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.8.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.9 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto nº 11.246, de 2022, art.23](#)).

6.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 26, IV](#)).

6.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022).

6.11 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.12 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.13 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022](#)).



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

6.14 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.15 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7 Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1 Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

7.19 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no [Decreto Municipal nº 565/2023](#).

7.23 Conforme [Decreto Municipal nº 565/2023](#), a retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234, de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

7.23.1 Os documentos de cobrança emitidos em desacordo com o contido no [Decreto Municipal nº 565/2023](#) não serão aceitos para fins de liquidação de despesa e pagamento.

7.24 Os serviços e produtos elencados no Art. 4º da IN RFB 1234/2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, bem como firmadas as declarações constantes dos anexos do [Decreto Municipal nº 565/2023](#).

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, utilizando o procedimento auxiliar de REGISTRO DE PREÇOS.

Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

8.8 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12 Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13 Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.14 Prova de regularidade de Débitos trabalhistas (**CDT**);

8.15 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17 **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

Qualificação Técnica

8.18 Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar Alvará Sanitário emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do alvará sanitário;

8.19 Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.20 Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar certificado de registro dos produtos emitido pela ANVISA/MS em vigor ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União – DOU.

8.21 No caso de produto isento da exigência do referido registro, o fabricante/distribuidor deverá apresentar documentação emitida pela ANVISA/MS desobrigando-a a efetuar o registro dos produtos junto ao Ministério da Saúde.

As exigências de qualificação técnica previstas no presente processo licitatório mostram-se plenamente justificadas em razão da natureza do objeto, consistente no registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG..

Considerando que os medicamentos constituem produtos diretamente relacionados à preservação da vida, à promoção da saúde e à segurança dos pacientes, torna-se indispensável que a Administração Pública adote mecanismos capazes de assegurar que os fornecedores possuam regularidade sanitária e autorização legal para exercer suas atividades, bem como que os produtos ofertados atendam aos padrões de qualidade, eficácia e segurança exigidos pelos órgãos de controle sanitário competentes.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

Nesse contexto, a exigência de apresentação do Alvará Sanitário ou documento equivalente visa comprovar que a empresa licitante encontra-se regularmente autorizada pelos órgãos de vigilância sanitária a exercer atividades compatíveis com o objeto licitado, evidenciando que suas instalações e procedimentos atendem às normas sanitárias aplicáveis ao armazenamento, comercialização e distribuição de medicamentos.

Da mesma forma, a exigência de Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA constitui requisito indispensável para empresas que atuam no setor farmacêutico, conforme regulamentação sanitária vigente, sendo documento que atesta a regularidade da empresa perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e sua aptidão para desempenhar atividades relacionadas a medicamentos.

Quanto à exigência de apresentação do registro dos medicamentos junto à ANVISA/MS ou publicação correspondente no Diário Oficial da União, tal medida objetiva assegurar que os produtos ofertados passaram pela devida análise e aprovação da autoridade sanitária competente comprovando sua qualidade, segurança e eficácia para consumo humano, em conformidade com a legislação sanitária nacional.

Por fim, a previsão de apresentação de documentação comprobatória de isenção de registro, quando aplicável, busca garantir tratamento adequado aos produtos legalmente dispensados dessa exigência, sem afastar a necessária comprovação de regularidade perante os órgãos sanitários competentes.

Dessa forma, as exigências de qualificação técnica estabelecidas no edital revelam-se pertinentes, razoáveis e indispensáveis à garantia da adequada execução contratual, à proteção da saúde pública e ao atendimento do interesse público, observando os princípios da legalidade, da eficácia e da Segurança sanitária.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.542.681,84 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos.)** conforme custos unitários apostos no subitem 1.1.

10 Adequação orçamentária

10.1 Em observância ao disposto no art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023, que regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 destaca-se que os procedimentos licitatórios instaurados sob a sistemática do Registro de Preços prescindem da indicação prévia de dotação orçamentária, tendo em vista a ausência de obrigação de contratação.

10.2 Dito isso, a comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários só será disponibilizada no momento da efetivação da futura e eventual contratação.

11 Obrigações do contratante

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o edital e seus anexos;

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

11.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 Obrigações do Contratado

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

12.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11 Manter durante toda a vigência do contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato/ Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

12.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA - MG
Rua Major José Luiz da Silva Viana, 1.111, centro – CEP:
36.585-000.

- 12.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 12.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.18 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 12.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13 Responsável

Pedra do Anta/MG, 30 de abril de 2026.

João Batista Viana Junior
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. INTRODUÇÃO/IDENTIFICAÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, apresentando as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação.

1.2. Durante o presente Estudo Técnico Preliminar, diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores se certifiquem de que existe uma necessidade de contratação claramente definida, se há condições de atendê-la, se os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos valem o preço estimado inicialmente.

2. OBJETO

2.1. Assim, segue o presente Estudo Técnico Preliminar que objetiva apresentar as soluções disponíveis para a **aquisição de medicamentos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.**

3. Das áreas requisitantes e da formalização da demanda (Art. 12, Inc. VII da NLLC)

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	João Batista Viana Junior

4 Descrição da necessidade (Art. 18, §1º, Inc. I NLLC)

4.1. A obtenção de medicamentos para atender à Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) constitui um processo de vital importância na estruturação e execução da prestação assistencial farmacêutica à comunidade. A REMUME, como tabela fundamental, abarca medicamentos e insumos considerados imprescindíveis para o adequado desempenho das atividades do setor farmacêutico durante o atendimento à população ao longo do ano. Esta relação não apenas assegura o acesso contínuo a tratamentos essenciais, mas também promove a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde prestados.

4.2. Neste contexto, torna-se imprescindível ressaltar o papel central dos medicamentos no desenvolvimento e na sustentabilidade de uma sociedade saudável. A relevância desses produtos é particularmente destacada no enfrentamento de doenças e condições clínicas, sobretudo no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e no tratamento de patologias menos complexa que podem ser efetivamente tratadas com fármacos simples. Assim, a disponibilidade desses medicamentos não só garante o acesso universal à saúde, mas também contribui para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população atendida.

4.3. Em consonância com a dinâmica desafiadora do setor de assistência farmacêutica, é inegável que as demandas por medicamentos são constantes e de considerável magnitude. A reposição dos estoques se faz necessária de forma recorrente, no entanto, a ausência de uma previsibilidade precisa quanto ao quantitativo demandado para cada item ao longo do ano impõe a necessidade de uma solução flexível que possibilite a obtenção dos itens de maneira ágil e eficiente. A flexibilização nas solicitações e obtenções é, portanto, uma estratégia indispensável para assegurar a tranquilidade na gestão dos medicamentos, a organização do estoque e a eficiência na prestação dos serviços farmacêuticos.

4.4. Em conclusão, a obtenção de medicamentos para atender à REMUME é uma ação estratégica e imprescindível para garantia do acesso universal aos tratamentos de saúde necessários à população. A flexibilidade na gestão dos estoques, a importância dos medicamentos no contexto da saúde pública e a busca pela eficiência na gestão dos recursos públicos são pilares fundamentais que sustentam esta justificativa. Por conseguinte, é imperativo que sejam tomadas as medidas necessárias para assegurar a continuidade do abastecimento dos medicamentos essenciais conforme preconizado pela REMUME.

5. Do Alinhamento entre o Processo de Contratação e o Planejamento (Art. 12, Inc. II da NLLC)

5.1. Tomaram-se como parâmetro para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, as exigências da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.2. Tendo em vista que o Plano de Contratação Anual ainda não é obrigatório por força do art. 1º do Decreto Municipal nº 656/2024, a previsão da presente contratação não foi prevista, pois não há PCA elaborado para o exercício.

5.3. Declaramos que a contratação se encontra alinhada ao planejamento desta administração, e estão contemplados no orçamento anual do Município.

6. Dos requisitos da contratação (Art. 18, §1º, Inc. III NLLC)

6.1. Com o objetivo de selecionar as empresas que melhor atendam às necessidades da Prefeitura Municipal de Pedra do Anta e adquirir produtos que apresentem o melhor custo/benefício. Na planilha de preços deverá constar, obrigatoriamente, a descrição pormenorizada do produto/item que será fornecido/contratado.

6.2. Os fornecedores deverão atender as descrições da proposta e pertencer ao ramo de atividade relacionado ao objeto desta contratação, conforme Art. 68, Inciso II da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Os contratados deverão se manter devidamente habilitados quanto à regularidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme exigência a realizar-se no Termo de Referência e Edital Licitatório.

6.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.5. Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar Alvará Sanitário emitido pelo Órgão Municipal competente ou documento equivalente emitido por Órgão Federal ou Estadual que comprove sua atividade comercial ou quando dispensado no Município de origem da empresa licitante, deverá ser apresentada declaração, legislação municipal ou outro documento que comprove a dispensa do Alvará sanitário.

6.6. Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

6.7. Os licitantes sagrados vencedores, deverão apresentar certificado de registro dos medicamentos emitido pela ANVISA/MS em vigor ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União -DOU.

6.8. No caso de produto isento da exigência do referido registro, o fabricante/distribuidor deverá apresentar documentação emitida pela ANVISA/MS desobrigando-a a afetar o registro dos produtos junto ao Ministério da Saúde.

7. Das Estimativas das Quantidades a serem eventualmente contratadas. (Art. 18, §1º, Inc. IV NLLC)

7.1. A definição do quantitativo de medicamentos a ser contratado foi baseada em critérios técnicos específicos que incluem:

7.2. Análise detalhada do consumo de medicamentos no último exercício, incluindo frequências de uso e quantidades.

7.3. Avaliação das principais doenças e condições a serem tratadas na população atendida, com base em dados de saúde pública

7.4. Protocolos e diretrizes vigentes para tratamentos da saúde dos usuários

7.5. Avaliação da capacidade de armazenamento dos medicamentos, garantindo condições adequadas de conservação.

8. Do levantamento de mercado (Art. 18, §1º, Inc. V NLLC)

8.1. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis de solução para o alcance do objetivo alvo, devidamente acompanhado das motivações e justificativas técnicas e econômicas da escolha do tipo de solução.

8.2. Da comparação entre a aquisição por meio de licitação e da aquisição dos mesmos por meio de adesão a atas de registro de preços de outras instituições.

8.2.1 A decisão de adquirir medicamentos por meio de licitação apresenta vantagens substanciais em comparação com a simples adesão a atas de registro de preços de outros órgãos. Em primeiro lugar, a participação direta em um processo licitatório confere transparência inigualável e um controle mais efetivo em todas as fases da aquisição. Isso significa que o órgão responsável pode garantir uma supervisão detalhada desde a seleção dos fornecedores até a entrega dos produtos.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2.2 Ao conduzir uma licitação, o órgão tem a valiosa oportunidade de avaliar minuciosamente não apenas os fornecedores e os medicamentos ofertados, mas também os preços praticados. Esse processo criterioso assegura que as escolhas estejam perfeitamente alinhadas com as necessidades específicas da comunidade atendida e com os recursos disponíveis. Além disso, a participação direta na licitação permite uma negociação mais robusta, possibilitando condições mais favoráveis e personalizadas de acordo com as demandas locais, algo que dificilmente seria alcançado por meio de adesões a atas de registro de preços de outros órgãos.

8.2.3 Outro benefício significativo da licitação direta é a flexibilidade que proporciona à Secretaria Municipal de Saúde. Optar por esse caminho permite que a Secretaria firme atas de registro de preços com os fornecedores selecionados, adaptando-se de maneira ágil e eficiente às necessidades específicas de abastecimento do município. Essa flexibilidade é crucial para lidar com as nuances e particularidades do sistema de saúde local, garantindo um fluxo contínuo e adequado de medicamentos.

8.2.4 Além disso, a licitação oferece uma vantagem estratégica importante em termos de capacidade de resposta a eventualidades. Em casos de descumprimento por parte do fornecedor vencedor, a Secretaria de Saúde tem a liberdade de recorrer aos próximos colocados na licitação, assegurando o abastecimento contínuo e a manutenção da qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Essa capacidade de reação rápida é fundamental para lidar com situações emergenciais e garantir a continuidade dos cuidados à saúde.

8.2.5 Portanto, é inegável que a opção pela aquisição de medicamentos por meio de licitação se mostra não apenas mais segura e transparente, mas também mais adaptável e eficiente às necessidades específicas do município. Essa abordagem proporciona uma gestão mais cuidadosa e responsável dos recursos públicos destinados à saúde, garantindo que cada investimento seja maximizado em benefício da comunidade atendida.

9 Da Estimativa do Valor de Contratação (Art. 18, §1º, Inc. VI NLLC)

9.1. A definição dos valores máximos aceitáveis para a contratação em questão foi realizada com base em pesquisa de mercado, utilizando como fonte o Painel de Preços do Governo Federal. A metodologia adotada está em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, tendo sido considerada a média aritmética simples dos valores coletados.

10 Da Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, Inc. VII NLLC)

10.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG identificou a necessidade de adquirir medicamentos para serem distribuídos à população, garantido assim o atendimento eficiente e de qualidade aos usuários. Considerando a importância desses medicamentos, foi necessário um estudo detalhado das possíveis formas de aquisição, visando assegurar a melhor relação custo-benefício e a regularidade no fornecimento.

10.2. Durante o processo de levantamento mercadológico e avaliação das modelagens de contratação, foram identificadas duas principais formas de aquisição:

✓ *Adesão à Ata de Registro de Preços disponíveis*

✓ *Realização de licitação própria*

10.3. Conforme abordado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), após análise criteriosa das duas opções, verificou-se que a realização de uma licitação própria é a melhor opção para atender às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.

10.4. Diante da decisão de realizar uma licitação própria, encaminharemos os documentos necessários ao Setor de licitações para que o mesmo possa dar início ao processo licitatório. Entre os documentos que serão encaminhados, incluem-se:

✓ *DFD – Documento de formalização de demanda*

✓ *Termo de Referência;*

✓ *Orçamentos*

10.5. Com esses documentos, o setor de licitações estará apto a conduzir o processo de forma eficiente, garantindo que a aquisição dos medicamentos atenda plenamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG.



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

11. Da justificativa para o parcelamento ou não da solução (Art. 18, §1º, Inc. VIII NLLC)

11.1. A presente aquisição será realizada por itens, nos termos das Súmula nº 247 do TCU, uma vez que o objeto é divisível e sua adjudicação em separado aumenta o universo de participantes e pode resultar em preços mais vantajosos para a Administração Pública.

11.2. Optou-se pelo parcelamento da contratação dividida por itens, conforme art. 40, V, alínea b, da Lei nº 14.133/21, que prevê a divisão das aquisições e contratações em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, buscando o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

12. Do demonstrativo dos resultados pretendidos (Art. 18, §1º, Inc. IX NLLC)

12.1. A aquisição de medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde de Pedra do Anta/MG representa um passo crucial na melhoria dos serviços de saúde e na promoção do bem-estar da população. Os resultados finais dessa prática são visíveis e impactam diretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

12.2. Primeiramente, a disponibilidade constante de medicamentos essenciais garante tratamentos ininterruptos e eficazes para os pacientes. Isso significa que os indivíduos com condições crônicas têm acesso garantido às medicações necessárias, o que não apenas melhora sua qualidade de vida, mas também reduz a necessidade de internações hospitalares de emergência e complicações de saúde.

12.3. Além disso, a gestão eficiente do estoque de medicamentos resulta em economia de recursos financeiros a longo prazo. Ao evitar compras emergenciais e desperdícios, a Secretaria pode direcionar melhor seus recursos para outras áreas críticas da saúde pública, como programas de prevenção e promoção da saúde.

12.4. Portanto, a aquisição adequada de medicamentos não apenas trata doenças, mas também fortalece os alicerces de um sistema de saúde público resiliente e eficaz. Ao investir de maneira estratégica nessa área, a Secretaria Municipal de Saúde não só atende às necessidades imediatas da população, mas também constrói um futuro mais saudável e sustentável para Pedra do Anta/MG.

13. Das providências a serem adotadas (Art. 18, §1º, Inc. X NLLC)

13.1. Após análise detalhada das condições necessárias para a execução do contrato, constatamos que não será necessária a adoção de providências adicionais para viabilizá-la. Isso significa que não há a necessidade de realizar modificações em aspectos como infraestrutura tecnológica, elétrica ou climatização, nem ajustes no espaço físico.

13.2. Também não será preciso realizar mudanças na estrutura organizacional, nos processos de trabalho, nem adequações nos serviços internos da administração.

13.3. Além disso, não será necessária a capacitação e/ou treinamento dos servidores que serão responsáveis pela fiscalização e gestão dos contratos, devido à baixa complexidade do objeto.

14. Das contratações correlatas ou interdependentes (Art. 18, §1º, Inc. XI NLLC)

14.1. A presente contratação não possui vínculo com outras contratações desta administração.

14.2. Deste modo, não se verifica a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

15. Dos possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras (Art. 18, §1º, Inc. XII NLLC)

15.1. Não vislumbramos impactos ambientais positivos ou negativos associados ao objeto a ser eventualmente contemplado.

15.2. Vale ressaltar que o conceito de sustentabilidade faz analogia a um “tripé”, onde são verificados aspectos AMBIENTAIS, ECONÔMICOS e SOCIAIS, que devem estar em equilíbrio.

16. Do posicionamento conclusivo e viabilidade da contratação (Art. 18, §1º, Inc. XIII NLLC).

16.1. Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade restaram suficientemente demonstrados no corpo deste ETP, em razão do que a Equipe de Planejamento declara a VIABILIDADE da aquisição por meio de licitação, ressalvado melhor juízo em sentido diverso.

17. Responsável



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Pedra do Anta/MG, 29 de abril de 2026.

João Batista Viana Junior
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	V.UNIT	VALOR TOTAL
1.	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100MG 267502	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
2.	ÁCIDO FÓLICO 5MG 267503	8.000	Comp.	R\$ 0,12	R\$ 960,00
3.	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML 327566	500	Amp.	R\$ 5,50	R\$ 2.750,00
4.	ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ML 315056	5.000	Amp.	R\$ 0,61	R\$ 3.050,00
5.	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL (FRASCO 10ML) 267507	1.000	frasco	R\$ 2,13	R\$ 2.130,0
6.	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO MASTIGÁVEL 459822	2.000	Comp.	R\$ 0,65	R\$ 1.300,00
7.	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG 269462	2.000	Comp.	R\$ 0,75	R\$ 1.500,00
8.	ALOPURINOL 100MG 267508	15.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.300,00
9.	ALOPURINOL 300MG 267509	12.000	Comp.	R\$ 0,53	R\$ 6.360,00
10.	ALPRAZOLAM 2MG 284465	24.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 7.440,00
11.	AMINOFILINA 24MG/ML 292402	600	Amp.	R\$ 7,65	R\$ 4.590,00
12.	AMITRIPTILINA 25MG 267512	30.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 3.300,00
13.	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG+12,5MG /ml frasco com 75ML 448841	1.000	Frasco	R\$ 27,90	R\$ 27.900,00
14.	AMOXICILINA 50MG/ML SUSPENSÃO COM 60ML 271111	1.500	Frasco	R\$ 6,79	R\$ 10.185,00
15.	AMOXICILINA 500MG CÁPSULA 271089	15.015	Comp.	R\$ 0,56	R\$ 8.408,40
16.	AMOXICILINA +CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500+125MG 271217	12.012	Comp.	R\$ 4,47	R\$ 53.693,64
17.	ANLÓDIPINO 5MG 272434	25.000	Comp.	R\$ 0,09	R\$ 2.250,00
18.	ANLÓDIPINO 10MG 268896	18.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 2.520,00
19.	ATENÓLOL 50MG 267517	20.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 3.200,00
20.	ATORVASTATINA 20MG 268081	32.000	Comp.	R\$ 0,52	R\$ 16.640,00
21.	ATROPINA 0,5MG/ML 478760	400	Amp.	R\$ 0,96	R\$ 384,00
22.	AZATIOPRINA 50MG 268083	8.000	Comp.	R\$ 1,78	R\$ 14.240,00
23.	AZITROMICINA 500MG 267140	12.000	Comp.	R\$ 1,04	R\$ 12.480,00
24.	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML 268949	1.200	Frasco	R\$ 8,08	R\$ 9.696,00
25.	BENZILPENICILINA BENZATINA 1,200UI 270612	1.200	Amp.	R\$ 10,25	R\$ 12.300,00
26.	BIPERIDENO 2MG 270140	30.000	Comp.	R\$ 1,20	R\$ 36.000,00
27.	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG 272045	15.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 10.500,00
28.	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25MG/ML 20ML 268331	100	Frasco	R\$ 2,58	R\$ 258,00
29.	BROMOPRIDA 4MG/ML 269956	8.000	Frasco	R\$ 2,94	R\$ 23.520,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

30.	BROMOPRIDA 5MG/ML 269958	800	Amp.	R\$ 2,13	R\$ 1.704,00
31.	BUDESONIDA 50MCG/DOSE SPRAY NASAL (200 DOSES) 266701	1.200	Frasco	R\$ 21,87	R\$ 26.244,00
32.	BUPROPIONA 150MG 268994	14.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 9.800,00
33.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML 267282	2.000	Amp.	R\$ 1,24	R\$ 2.480,00
34.	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA+DIPIRONA SÓDICA 4+500 MG/ML 270621	3.000	Amp.	R\$ 2,52	R\$ 7.560,00
35.	CARBAMAZEPINA 200MG 267618	50.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 21.000,00
36.	CARBONATO DE CÁLCIO 500MG 270895	5.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 1.150,00
37.	CARBONATO DE LÍTIO 300MG 267621	25.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 9.250,00
38.	CARBONATO DE LÍTIO 450MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 468947	10.000	Comp.	R\$ 2,00	R\$ 20.000,00
39.	CARVEDILOL 3,125MG 267566	30.000	Comp.	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
40.	CARVEDILOL 12,5MG 267564	20.000	Comp.	R\$ 0,17	R\$ 3.400,00
41.	CEFALEXINA 500MG 267625	15.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 14.400,00
42.	CEFALEXINA 50MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL(FRASCO 60ML) 331555	500	Frasco	R\$ 10,63	R\$ 5.315,00
43.	CEFTRIAXONA 1G IV 450890	1.500	Amp.	R\$ 7,69	R\$ 11.535,00
44.	CEFTRIAXONA 1G IM 442701	1.000	Amp.	R\$ 10,09	R\$ 10.090,00
45.	CETOCONAZOL SHAMPOO 20MG/ML 100ML 271103	400	Frasco	R\$ 9,57	R\$ 3.828,00
46.	CETOPROFENO 50MG/ML 448845	4.000	Amp.	R\$ 2,96	R\$ 11.840,00
47.	CICLOBENZAPRINA 5MG 272166	14.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 3.080,00
48.	CIMETIDINA 150MG/ML 340167	3.000	Amp.	R\$ 1,74	R\$ 5.220,00
49.	CIPROFIBRATO 100MG 308738	12.000	Comp.	R\$ 0,88	R\$ 10.560,00
50.	CIPROFLOXACINO 500MG 267632	15.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 4.350,00
51.	CIPROFLOXACINO+ DEXAMETASONA 3,5MG/ML+1MG/ML 284102	500	Frasco	R\$ 12,34	R\$ 6.170,00
52.	CITALOPRAM 20MG 272903	20.000	Comp.	R\$ 0,31	R\$ 6.200,00
53.	CITRATO DE FENTANILA 78,5MCG/ML 424712	400	Amp.	R\$ 3,80	R\$ 1.520,00
54.	CLARITROMICINA 500MG 268439	6.000	Comp.	R\$ 2,09	R\$ 12.540,00
55.	CLOBAZAM 10MG 272901	8.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 7.360,00
56.	CLOBAZAM 20MG 272902	8.000	Comp.	R\$ 1,70	R\$ 13.600,00
57.	CLONAZEPAM 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL (FRASCO 20ML) 270120	3.000	Frasco	R\$ 4,72	R\$ 14.160,00
58.	CLONAZEPAM 2MG 270119	40.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 5.200,00
59.	CLORETO DE POTÁSSIO 10% 267161	600	Amp.	R\$ 0,63	R\$ 378,00
60.	CLORETO DE SÓDIO 9% SOLUÇÃO NASAL 50ML VÁLVULA SPRAY	2.000	Frasco	R\$ 3,74	R\$ 7.480,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

	375474				
61.	CLORETO DE SÓDIO 0,9% ESTÉRIL 10ML 448699	1.500	Amp.	R\$ 1,03	R\$ 1.545,00
62.	CLORETO DE SUXAMETÔNIO 100MG 268442	100	Amp.	R\$ 25,29	R\$ 2.529,00
63.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG 267510	12.000	Comp.	R\$ 0,45	R\$ 5.400,00
64.	CLORIDRATO DE AMIODARONA 50MG/ML 271710	400	Amp.	R\$ 4,00	R\$ 1.600,00
65.	CLORIDRATO DE CETAMINA 50MG/ML 602763	200	Amp.	R\$ 79,84	R\$ 15.968,00
66.	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG 267522	16.000	Comp.	R\$ 1,49	R\$ 23.840,00
67.	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG 268112	35.000	Comp.	R\$ 0,57	R\$ 19.950,00
68.	CLORIDRATO DE IMPRAMINA 25MG 267292	17.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 14.450,00
69.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% C/V 20ML 269852	100	Amp.	R\$ 12,26	R\$ 1.226,00
70.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% S/V 20ML 269843	400	Amp.	R\$ 7,52	R\$ 3.008,00
71.	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20MG/G 30 GRAMAS 269846	1.500	Tubo	R\$ 4,14	R\$ 6.210,00
72.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG 272320	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
73.	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 18MG 308224	12.000	Comp.	R\$ 6,53	R\$ 78.360,00
74.	CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG - AÇÃO PROLONGADA 388796	40.000	Comp.	R\$ 0,23	R\$ 9.200,00
75.	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG 267691	50.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 12.500,00
76.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML 267310	3.000	Amp.	R\$ 0,81	R\$ 2.430,00
77.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML 267311	600	Frasco	R\$ 2,37	R\$ 1.422,00
78.	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG 267312	6.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 1.140,00
79.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILIA 25MG 271606	25.000	Comp.	R\$ 0,41	R\$ 10.250,00
80.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG 271610	15.000	Comp.	R\$ 0,77	R\$ 11.550,00
81.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 4MG 419016	6.000	Comp.	R\$ 1,25	R\$ 7.500,00
82.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 8MG 419015	10.000	Comp.	R\$ 2,55	R\$ 25.500,00
83.	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA 2MG/ML 268504	3.000	Amp.	R\$ 1,71	R\$ 5.130,00
84.	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG 273940	18.000	Comp.	R\$ 0,37	R\$ 6.660,00
85.	CLORIDRATO DE PETIDINA 50MG/ML 272329	1.500	Amp.	R\$ 8,79	R\$ 13.185,00
86.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG 267768	10.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 2.600,00
87.	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25MG/ML 267769	1.200	Amp.	R\$ 3,18	R\$ 3.816,00
88.	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG 267772	20.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 2.200,00
89.	CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML+ DIMENIDRATO 50MG/ML 272334	2.000	Amp.	R\$ 3,69	R\$ 7.380,00
90.	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG	30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

	272365				
91.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG/ML 292382	4.000	Amp.	R\$ 2,04	R\$ 8.160,00
92.	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50MG 268534	15.000	Comp.	R\$ 0,38	R\$ 5.700,00
93.	CLORIDRATO DE TRAMADOL RETARD 100MG 309437	4.000	Comp.	R\$ 1,52	R\$ 6.080,00
94.	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80MG 267425	4.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 2.400,00
95.	CLORPROMAZINA 25MG 267635	15.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 4.800,00
96.	CLORPROMAZINA 100MG 267638	18.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 14.220,00
97.	CLORPROMAZINA 25MG/ML 268069	400	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 912,00
98.	COLÍRIO ANESTÉSICO CLORIDRATO DE PROPARACAINA 0,5%	20	Frasco 15 ml	R\$ 17,53	R\$ 350,60
99.	CONCERTA 36MG 308226	3.000	Comp.	R\$ 11,26	R\$ 33.780,00
100.	CONCERTA 54MG 308225	3.000	Comp.	R\$ 8,43	R\$ 25.290,00
101.	DEPAKOTE 250MG 433279	4.000	Comp.	R\$ 8,19	R\$ 32.760,00
102.	DESLANOSÍDEO 0,2MG/ML 276283	400	Amp.	R\$ 2,32	R\$ 928,00
103.	DESLORATADINA 0,5MG/ML XAROPE 100ML 337468	600	Frasco	R\$ 14,50	R\$ 8.700,00
104.	DESVENLAFAXINA 50MG 405898	3.000	Comp.	R\$ 0,85	R\$ 2.550,00
105.	DEXAMETASONA 4MG 269388	5.000	Comp.	R\$ 0,51	R\$ 2.550,00
106.	DEXAMETASONA 4MG/ML 292427	3.000	Amp.	R\$ 2,64	R\$ 7.920,00
107.	DEXAMETASONA 1MG/G 267643 TUBO 10 GRAMAS	2.400	Tubo	R\$ 4,00	R\$ 9.600,00
108.	DIAZEPAM 10MG/2ML 267194	800	Amp.	R\$ 1,41	R\$ 1.128,00
109.	DIAZEPAM 10MG 267197	40.000	Comp.	R\$ 0,18	R\$ 7.200,00
110.	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML 270999	4.000	Amp.	R\$ 1,76	R\$ 7.040,00
111.	DICLOFENACO DIMETIL GEL 11,6MG/G 60GRAMAS	500	Tubo	R\$ 18,55	R\$ 9.275,00
112.	DIENOGESTE 2MG 429549	1.080	Comp.	R\$ 0,69	R\$ 745,20
113.	DIGOXINA 0,25MG 267647	16.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 6.720,00
114.	DIPIRONA 500MG 267203	15.000	Comp.	R\$ 0,24	R\$ 3.600,00
115.	DIPIRONA 500MG/ML 268252	4.000	Amp.	R\$ 2,22	R\$ 8.880,00
116.	DIPIRONA 500MG/ML SOLUÇÃO ORAL frasco 20mL 267205	1.500	Frasco	R\$ 3,45	R\$ 5.175,00
117.	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA/FOSFATO DISSODICO DE BETAMETASONA 5MG/ML+2MG/ML 270590	2.000	Amp.	R\$ 5,92	R\$ 11.840,00
118.	DULOXETINA 30MG 302442	40.000	Comp.	R\$ 2,45	R\$ 98.000,00
119.	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,6 ML,SERINGA PREENCHIDA C/ DISPOSITIVO DE SEGURANÇA,VIA DIA DE ADMINISTRAÇÃO PARENTERAL.	300	Amp.	R\$ 21,07	R\$ 6.321,00
120.	EPINEFRINA 1MG/ML	1.000	Amp.		R\$ 2.650,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

	268255			R\$ 2,65	
121.	ESPIRONOLACTONA 25MG 267653	20.000	Comp.	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
122.	ETOMIDATO 2MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 270116	200	Amp.	R\$ 19,70	R\$ 3.940,00
123.	EXCITALOPRAM 10MG 291770	16.000	Comp.	R\$ 0,92	R\$ 14.720,00
124.	FENITOÍNA 100MG 267657	20.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 4.000,00
125.	FENITOÍNA 50MG/ML 267107	600	Amp.	R\$ 2,98	R\$ 1.788,00
126.	FENOBARBITAL 100MG 267660	45.000	Comp.	R\$ 0,33	R\$ 14.850,00
127.	FENOBARBITAL 40MG/ML 300723	600	Frasco	R\$ 5,05	R\$ 3.030,00
128.	FENOBARBITAL 200MG/100MG/ML 300725	600	Amp.	R\$ 3,93	R\$ 2.358,00
129.	FENOFIBRATO 200MG 267081	6.000	Comp.	R\$ 1,15	R\$ 6.900,00
130.	FITOMENADIONA 10MG/ML 292399	500	Amp.	R\$ 2,59	R\$ 1.295,00
131.	FLUCONAZOL 150MG 267662	3.000	Comp.	R\$ 0,70	R\$ 2.100,00
132.	FLUOXETINA 20MG 273009	55.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 23.650,00
133.	FOLINATO DE CÁLCIO 15MG 268292	2.000	Comp.	R\$ 3,03	R\$ 6.060,00
134.	FORMOTEROL +BUDESONIDA 12+400 MCG CÁPSULA INALANTE 387340	1.200	Frasco	R\$ 105,62	R\$ 126.744,00
135.	FUROSEMIDA 40MG 267663	40.000	Comp.	R\$ 0,11	R\$ 4.400,00
136.	FUROSEMIDA 10MG/ML 267666	800	Amp.	R\$ 2,00	R\$ 1.600,00
137.	GABAPENTINA 300MG 268107	10.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 4.600,00
138.	GLIBENCLAMIDA 5MG 267671	20.000	Comp.	R\$ 0,07	R\$ 1.400,00
139.	GLICLAZIDA 30MG LIBERAÇÃO PROLONGADA 442754	22.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 9.240,00
140.	GLICOSE 25% AMPOLA 10ml 267540	1.500	Amp.	R\$ 1,15	R\$ 1.725,00
141.	GLICOSE 50% AMPOLA 10ml 267541	1.500	Amp.	R\$ 0,99	R\$ 1.485,00
142.	HALOPERIDOL 1MG 267670	20.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
143.	HALOPERIDOL 5MG 267669	30.000	Comp.	R\$ 0,34	R\$ 10.200,00
144.	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML 292194	4.000	Amp.	R\$ 15,67	R\$ 62.680,00
145.	HALOPERIDOL 5MG/ML 292196	400	Amp.	R\$ 2,47	R\$ 988,00
146.	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG 267674	55.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 19.800,00
147.	HIDROCORTISONA 100MG 270220	800	Amp.	R\$ 4,37	R\$ 3.496,00
148.	HIDROCORTISONA 500MG 270219	1.000	Amp.	R\$ 9,62	R\$ 9.620,00
149.	IBUPROFENO 50MG/ML FRASCO 30ML 294643	1.500	Frasco	R\$ 5,39	R\$ 8.085,00
150.	IBUPROFENO 600MG 267676	15.000	Comp.	R\$ 0,28	R\$ 4.200,00
151.	ITRACONAZOL 100MG 268861	6.000	Comp.	R\$ 1,38	R\$ 8.280,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

152.	IVERMECTINA 6MG 376767	5.000	Comp.	R\$ 2,24	R\$ 11.200,00
153.	KOLLAGENASE 0,6U/G 30 gramas 268958	2.000	Tubo	R\$ 16,51	R\$ 33.020,00
154.	KOLLAGENASE C/CLORANFENICOL 30 gramas 270495	1.500	Tubo	R\$ 20,33	R\$ 30.495,00
155.	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML 383750	400	Frasco	R\$ 5,01	R\$ 2.004,00
156.	LAMOTRIGINA 25MG 295040	6.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 840,00
157.	LAMOTRIGINA 50MG 324414	8.000	Comp.	R\$ 0,25	R\$ 2.000,00
158.	LAMOTRIGINA 100MG 272809	6.000	Comp.	R\$ 0,42	R\$ 2.520,00
159.	LEVODOPA +BENSERAZIDA 100+25MG 433280	10.000	Comp.	R\$ 2,35	R\$ 23.500,00
160.	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+50MG 270126	8.000	Comp.	R\$ 3,26	R\$ 26.080,00
161.	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MCG 268124	24.000	Comp.	R\$ 0,29	R\$ 6.960,00
162.	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MCG 268123	24.000	Comp.	R\$ 0,35	R\$ 8.400,00
163.	LEVOTIROXINA SÓDICA 100MCG 268125	20.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 9.200,00
164.	LISDEXANFETAMINA 30MG 407328	4.000	Comp.	R\$ 11,21	R\$ 44.840,00
165.	LISDEXANFETAMINA 50MG 407327	4.000	Comp.	R\$ 12,85	R\$ 51.400,00
166.	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 273467	2.000	Frasco	R\$ 4,42	R\$ 8.840,00
167.	LORATADINA 10MG 273466	10.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00
168.	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG 268856	55.000	Comp.	R\$ 0,13	R\$ 7.150,00
169.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG 267645	8.000	Comp.	R\$ 0,20	R\$ 1.600,00
170.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML 298454	2.500	Frasco	R\$ 5,47	R\$ 13.675,00
171.	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML +BETAMETASONA 0,05MG/ML FRASCO COM 120ML 393870	1.000	Frasco	R\$ 16,95	R\$ 16.950,00
172.	MALEATO DE ENALAPRIL 10MG 267651	30.000	Comp.	R\$ 0,26	R\$ 7.800,00
173.	MALEATO DE ENALAPRIL 20MG 267652	20.000	Comp.	R\$ 0,22	R\$ 4.400,00
174.	METILDOPA 250MG 267689	20.000	Comp.	R\$ 0,74	R\$ 14.800,00
175.	METROPOLOL SUCCINATO 25MG LIBERAÇÃO CONTROLADA 276656	15.000	Comp.	R\$ 0,61	R\$ 9.150,00
176.	METROPOLOL SUCCINATO 100MG LIBERAÇÃO CONTROLADA 276658	12.000	Comp.	R\$ 1,88	R\$ 22.560,00
177.	METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL 80 GRAMAS 372335	1.000	Tubo	R\$ 9,07	R\$ 9.070,00
178.	METRONIDAZOL 250MG 267717	8.000	Comp.	R\$ 0,49	R\$ 3.920,00
179.	MICONAZOL 20MG/G DERMATOLÓGICO 268286	1.200	Tubo	R\$ 5,18	R\$ 6.216,00
180.	MICONAZOL 20MG/G CREME VAGINAL 268162	600	Tubo	R\$ 10,07	R\$ 6.042,00
181.	MIDAZOLAM 5MG/ML	300	Amp.	R\$ 4,77	R\$ 1.431,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

	268481				
182.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG SUBLINGUAL 273402	1.000	Comp.	R\$ 0,46	R\$ 460,00
183.	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG 273397	22.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.940,00
184.	NALTREXONA 50MG 273266	8.000	Comp.	R\$ 3,46	R\$ 27.680,00
185.	NEOMICINA +BACITRACINA 5MG/G +250U/G 273167	6.000	Tubo	R\$ 3,66	R\$ 21.960,00
186.	NEOZINE 25MG 268128	6.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 3.780,00
187.	NIMESULIDA 100MG 273710	20.000	Comp.	R\$ 0,15	R\$ 3.000,00
188.	NISTATINA 100.000 UI/4 GRAMAS CREME VAGINAL 266788	800	Tubo	R\$ 8,51	R\$ 6.808,00
189.	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO 100.000UI+ 200MG/G 279297	400	Tubo	R\$ 9,68	R\$ 3.872,00
190.	NITROFURANTOÍNA 100MG 268273	20.000	Cápsula	R\$ 0,58	R\$ 11.600,00
191.	OMEPRAZOL 20MG Em CARTELA 267712	28.000	Cápsula	R\$ 0,24	R\$ 6.720,00
192.	OMEPRAZOL 40MG/ML INJETÁVEL 268160	1.000	Amp.	R\$ 11,15	R\$ 11.150,00
193.	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS 267777	1.500	Frasco	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00
194.	PARACETAMOL 500MG 267778	15.000	Comp.	R\$ 0,19	R\$ 2.850,00
195.	PERMETRINA 10MG/ML 267773	400	Frasco	R\$ 3,53	R\$ 1.412,00
196.	PERMETRINA 50MG/ML 363597	400	Frasco	R\$ 5,34	R\$ 2.136,00
197.	PREDNISOLONA 1MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448594	1.000	Frasco	R\$ 9,29	R\$ 9.290,00
198.	PREDNISOLONA 3MG/ML SOLUÇÃO ORAL 448595	2.000	Frasco	R\$ 6,72	R\$ 13.440,00
199.	PREDNISONA 20MG 267743	12.000	Comp.	R\$ 0,43	R\$ 5.160,00
200.	PREGABALINA 75MG 388712	30.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 11.700,00
201.	PROPAFENONA 300MG 272412	6.000	Comp.	R\$ 2,37	R\$ 14.220,00
202.	QUETIAPINA 25MG 272831	5.000	Comp.	R\$ 1,00	R\$ 5.000,00
203.	QUETIAPINA 50MG XR 390005	8.000	Comp.	R\$ 4,00	R\$ 32.000,00
204.	RISPERIDONA 1MG 272839	15.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 4.050,00
205.	RISPERIDONA 2MG 268149	20.000	Comp.	R\$ 0,27	R\$ 5.400,00
206.	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL , COMPOSIÇÃO: SÓDIO,POTÁSSIO,CLORETO ,CITRATO E GLICOSE.CONCENTRAÇÃO: 90MEQ/L +20MEQ/L+80MEQ/L+30MEQ/L+111MMOL. PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL. 446105	3.500	Envelope	R\$ 1,73	R\$ 6.055,00
207.	SALMETEROL+ FLUTICASONA 25MCG+250MCG/DOSE SUSPENSÃO AEROSOL 398710	200	Frasco	R\$ 190,55	R\$ 38.110,00
208.	SIMETICONA 75MG/ML 412965	800	Frasco	R\$ 2,28	R\$ 1.824,00
209.	SINVASTATINA 10MG	15.000	Comp.	R\$ 0,21	R\$ 3.150,00



PREFEITURA DE PEDRA DO ANTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

	267746				
210.	SINVASTATINA 20MG 267747	20.000	Comp.	R\$ 0,79	R\$ 15.800,00
211.	SINVASTATINA 40MG 267745	15.000	Comp.	R\$ 0,60	R\$ 9.000,00
212.	SULFADIAZINA DE PRATA 1% CREME 272089	2.000	Pote 400G	R\$ 41,38	R\$ 82.760,00
213.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400+80MG 308882	6.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 5.580,00
214.	SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 40MG/ML + 8MG/ML 308884	400	Frasco 100 ml	R\$ 12,44	R\$ 4.976,00
215.	SULFATO DE MORFINA 30MG 271391	4.000	Comp.	R\$ 2,59	R\$ 10.360,00
216.	SULFATO DE MORFINA 0,1MG/ML 420599	200	Amp.	R\$ 5,14	R\$ 1.028,00
217.	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML 304871	400	Amp.	R\$ 7,88	R\$ 3.152,00
218.	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG/DOSE FRASCO 200 DOSES 294887	1.500	Frasco	R\$ 15,60	R\$ 23.400,00
219.	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30ML 292345	500	Frasco	R\$ 1,68	R\$ 840,00
220.	SULFATO FERROSO 40MG 292344	16.000	Comp.	R\$ 0,10	R\$ 1.600,00
221.	TIAMINA 300MG 272341	4.000	Comp.	R\$ 0,93	R\$ 3.720,00
222.	TOPIRAMATO 50MG 272850	10.000	Comp.	R\$ 0,36	R\$ 3.600,00
223.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG 328529	40.000	Comp.	R\$ 0,96	R\$ 38.400,00
224.	VALPROATO DE SÓDIO 250MG/ML 328532	500	Frasco	R\$ 7,24	R\$ 3.620,00
225.	VARFARINA SÓDICA 5MG 279269	4.000	Comp.	R\$ 0,39	R\$ 1.560,00
226.	VENLAFAXINA 37,5 356935	3.000	Comp.	R\$ 0,63	R\$ 1.890,00
227.	VENLAFAXINA 75MG 272382	15.000	Comp.	R\$ 1,01	R\$ 15.150,00
228.	VENVANSE 70MG 407326	4.000	Comp.	R\$ 15,80	R\$ 63.200,00
229.	VITAMINA B1 TIAMINA INJETÁVEL	600	Amp.	R\$ 8,34	R\$ 5.004,00
230.	VITAMINAS DO COMPLEXO B POLIVITAMINICO 363088	3.000	Amp.	R\$ 2,28	R\$ 6.840,00
231.	ZOLPIDEM 10MG 278316	3.000	Comp.	R\$ 0,14	R\$ 420,00